

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – CCSH
PÓS-GRADUAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO**

Leandra da Silva Cunha

**MULHERES NEGRAS E A PÓS-GRADUAÇÃO:
presença de cientistas negras no Centro de Ciências
Naturais e Exatas da Universidade Federal de Santa
Maria (2008-2020)**

**SANTA MARIA, RS.
2021**

Leandra da Silva Cunha

**MULHERES NEGRAS E A PÓS-GRADUAÇÃO: presença de
cientistas negras no Centro de Ciências Naturais e Exatas da
Universidade Federal de Santa Maria (2008-2020)**

Artigo de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gênero.**

Aprovado em 16 de Setembro de 2021

Giane da Silva Vargas, Prof^a. Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Ana Lucia Melo, Prof^a. Dr^a. (UFSM)

Andressa Mourão Duarte (UFRGS)

Santa Maria, RS
2021

**MULHERES NEGRAS E A PÓS-GRADUAÇÃO: presença de
cientistas negras no Centro de Ciências Naturais e Exatas da
Universidade Federal de Santa Maria (2008-2020)**

BLACK WOMEN AND GRADUATE STUDIES: presence of black
scientists at the Center for Natural and Exact Sciences of the Federal
University of Santa Maria (2008-2020)

Leandra da Silva Cunha ¹, Giane da Silva Vargas ²

RESUMO

As instituições de ensino superior, bem como o campo da pesquisa como um todo, foram compostas em sua maioria durante a maior parte de sua história por homens, sendo um espaço não somente masculino como também um espaço branco. A partir dos anos setenta as mulheres começaram a integrar as universidades e ocupar a pesquisa de forma mais expressiva, que vem melhorando ano após ano. No entanto, ainda sofrem com o machismo e o sexismo presentes na carreira científica. As pesquisadoras estão em menor quantidade nos maiores níveis enquanto bolsistas de produtividade, e também, tendem a demorar mais para alcançar cargos de prestígio em comparação aos homens brancos com a mesma qualificação. Enquanto em algumas áreas as mulheres conseguiram alcançar e até mesmo em outras, superar os homens, nas Ciências Exatas e da Terra e Engenharias a presença feminina permanece ainda muito reduzida. É importante atentar que, ao falarmos sobre “mulheres”, é preciso evidenciar que essa é uma categoria ampla e essas mulheres que estão conseguindo avançar na carreira acadêmica e passando a ocupar estes espaços de poder dentro da academia são as mulheres brancas. Ao levarmos em consideração os marcadores de raça, classe e gênero, temos um novo desenho sobre a presença feminina nas instituições de ensino superior e em especial, nas pós-graduações, e sobre as dificuldades enfrentadas para ingressar e permanecer realizando pesquisa no Brasil, e no mundo. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a presença de mulheres negras nos cursos de pós-graduação do Centro de Ciências Naturais e Exatas da Universidade Federal de Santa Maria/RS nos últimos doze anos. partindo da análise realizada com os dados sobre o ingresso de mulheres negras nos cursos de pós-graduação no Centro de Ciências Naturais e Exatas da Universidade Federal de Santa Maria, iremos trazer possíveis fatores que contribuem para esse quadro, bem como, ações necessárias a fim de buscar a redução dessa disparidade.

Palavras-chave: pós-graduação, raça, gênero, ações afirmativas, CCNE/UFSM.

¹ Autora, Licenciada em Ciências Biológicas (UFSM). Contato: leandradarosacunha@gmail.com

² Orientadora, Prof.ª. Dr.ª (UNIPAMPA). Contato: gianeescobar@unipampa.edu.br

ABSTRACT

The higher education institutions, as well as the research field as a whole, were composed mostly for most of its history by men, being not only a male space but also a white space. From the seventies onwards, women began to integrate universities and occupy research more significantly, which has been improving year after year. However, they still suffer from the machismo and sexism present in the scientific career. Female researchers are outnumbered at the highest levels as productivity fellows, and also tend to take longer to reach prestigious positions compared to white males with the same qualifications. While in some areas women managed to achieve and even in others surpass men, in the Exact and Earth Sciences and Engineering the female presence is still very small. It is important to note that, when we talk about “women”, it is necessary to show that this is a broad category and those women who are managing to advance in their academic career and are starting to occupy these spaces of power within the academy are white women. By taking into account the markers of race, class and gender, we have a new design on the presence of women in higher education institutions and, in particular, in postgraduate courses, and on the difficulties faced in entering and continuing to carry out research in Brazil, and in the world. Thus, this work aims to analyze the presence of black women in postgraduate courses at the Center for Natural and Exact Sciences of the Federal University of Santa Maria/RS in the last twelve years. Based on the analysis carried out with data on the admission of black women in postgraduate courses at the Center for Natural and Exact Sciences of the Federal University of Santa Maria, we will bring possible factors that contribute to this situation, as well as the necessary actions in order to seek to reduce this disparity.

Keywords: graduate school, race, gender, affirmative actions, CCNE / UFSM.

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos em cientistas geralmente a imagem que paira no imaginário é a de um homem branco de meia idade. Pensar em uma figura feminina enquanto cientista e conhecer suas contribuições enquanto pesquisadoras ainda é raro, quando especificamos mais, envolvendo a questão racial se torna ainda mais improvável pensar em uma cientista negra e reconhecer os feitos que essas mulheres realizaram no campo científico internacionalmente. Hildete Pereira de Melo acerta ao dizer que a carreira científica foi e é um espaço de poder e masculino, como se torna mais visível no estudo publicado pela UNESCO (2018) mostrando que as mulheres representam menos de 30% dos cientistas no mundo. Isso não é por acaso, o desenvolvimento científico dos últimos dois séculos, foi sempre creditado ao gênero masculino e expressa apenas a invisibilidade que, por muito tempo e de forma persistente, se deu em relação à presença feminina nos espaços científicos mundiais e brasileiros (MELO E RODRIGUES, 2006).

Dentro das universidades, locais onde se produz a maior parte da ciência brasileira, as mulheres enfrentam diversos fatores que dificultam e invisibilizam suas trajetórias, oriundos do machismo e sexismo arraigados em nossa sociedade. Se esse percurso já é tortuoso para mulheres brancas, para as mulheres negras essa trajetória é cercada por muitos outros obstáculos. Não é preciso um grande esforço para perceber o baixo número de pesquisadoras negras dentro das instituições de ensino superior, situação essa que é ainda mais preocupante em algumas áreas.

O Brasil é o país que concentra a maior população negra fora do continente africano, correspondendo a mais de 55% da população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). Entre 25 e 44 anos de idade o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) segundo a pesquisa do IBGE “Estatísticas de Gênero - indicadores sociais das mulheres no Brasil”, Em relação à distribuição das bolsas de pesquisa, a participação de mulheres negras decresce à medida que se eleva o nível de formação.

A pós-graduação atua como um gargalo, sendo mais um dos espaços onde as mulheres negras se encontram submetidas aos mais diversos tipos de opressão, colocando-as mais uma vez em uma situação desfavorável aos grupos dominantes. As produções sobre as desigualdades que atingem as mulheres negras no Brasil comumente apontam para a presença

de uma tríplice discriminação: por ser mulher, por ser negra e pela maior possibilidade de serem marcadas pela pobreza. Segundo Jurema Werneck (2001), é interessante observar estes determinantes da violência estrutural que atingem as mulheres negras na sociedade brasileira, mas é necessária a compreensão de que as negras, enquanto seres indivisíveis, vivenciam simultaneamente graus extremos de violência decorrente do sexismo, do racismo e dos preconceitos de classe social em um bloco monolítico e por diversas vezes “pesado demais” (WERNECK, 2001).

Enquanto mulheres que se encontram nessa posição de cruzamento entre diversas violências é preciso que se faça a devida análise dos marcadores deste grupo dentro da categoria de gênero. Levantando dados sobre a temática “Mulheres na Ciência” vemos que a questão racial sequer é mencionada na maioria deles. Alguns estudos, como o realizado por Maria Margaret Lopes (2004) e Hildete Pereira de Melo (2006), buscam retirar as mulheres cientistas da invisibilidade. Entretanto, apesar de representarem uma contribuição importante para a história das ciências no país, resgatando as trajetórias de algumas mulheres que participaram da produção científica nacional, esses estudos não trazem exemplos biográficos de nenhuma mulher negra. Há diversas variáveis no ser mulher e a tentação à universalização dessa categoria não somente exclui as experiências de mulheres negras e racializadas e suas contribuições, como também favorece a ocultação das mesmas, auxiliando na construção de um pensamento que coloca as mulheres negras enquanto “não produtoras de conhecimento”.

Como abordado até aqui, vimos que o ensino superior é mais um dos espaços onde as mulheres negras se encontram em relação de grande disparidade em relação aos homens e mulheres brancas, e que suas histórias pouco são reconhecidas e lembradas. Dentro dos cenários onde sua presença é ainda menor, temos as Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, na relação do CNPq, por exemplo, as mulheres são 35% do total de bolsistas que receberam para pesquisar nessa área, entre essas, as pretas são 4% e as pardas são 22%. Sendo uma das áreas com menor representatividade feminina. Por mais que os estudos sobre gênero tenham avançado significativamente nas últimas décadas na luta pela desconstrução das bases da dominação masculina, a ausência de discussões quanto à raça nos estudos sobre mulheres, principalmente no Brasil, que se caracteriza como um país plurirracial, e a falta de pesquisas integradas sobre gênero e raça significa que “as experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas” (CALDWELL, 2000, p. 95).

Buscando trazer luz a essa realidade e seus possíveis causadores, o objetivo geral deste trabalho é reunir e analisar os dados referentes à presença/ausência de mulheres negras nos cursos de pós-graduação do Centro de Ciências Naturais e Exatas da Universidade Federal de Santa Maria. Como objetivos específicos, observar em quais áreas as pós-graduandas negras estão mais localizadas e a partir do aporte teórico encontrar possíveis causadores para o cenário encontrado. A metodologia do trabalho se dará de forma quantitativa e qualitativa, a primeira refere-se ao levantamento de dados realizado, uma vez que não há disponibilidade desses dados de forma pública e de fácil acesso por parte da instituição, a análise qualitativa busca dar conta da compreensão dos dados obtidos e da realidade estudada. A escolha do centro se deve pelo já mencionado baixíssimo número de mulheres negras dentro das áreas que o compõem, e também está atrelado a minha trajetória, sou egressa do curso de Ciências Biológicas da UFSM, curso do Centro de Ciências Naturais e Exatas, alvo de minha pesquisa. Durante os quatro anos em que fui aluna do Centro a ausência de mulheres negras como colegas, professoras, alunas de docência orientada e sua ausência nas bibliografias foi algo que me chamou atenção e gerou desconforto. Onde estamos? Se não estamos nestes espaços, por quê? Não existem pesquisadoras negras? Não temos feitos e/ou descobertas nessas áreas? Minha primeira hipótese é de que o número de pós-graduandas negras nos cursos de Pós-Graduação do Centro de Ciências Naturais e Exatas é baixíssimo em todas as áreas, sendo ainda menor nos cursos de doutorado, a segunda hipótese é de que a instituição não possui estes dados. Espero a partir dessa pesquisa sanar algumas dessas dúvidas e convocar a comunidade acadêmica a uma reflexão e responsabilização. Através da análise dos dados em conjunto com a bibliografia sobre o tema abordaremos as possíveis influências de fatores relativos ao gênero, raça e classe no acesso destas mulheres à pós-graduação. Primeiro iremos abordar algumas questões históricas sobre a população negra e seu acesso à educação no Brasil, na sequência trataremos a respeito da situação do ensino superior no que diz respeito à presença de pessoas pretas. Já na terceira parte será abordada as questões relacionadas entre as mulheres negras e a pesquisa acadêmica, para finalizar trataremos os dados e reflexões acerca da situação da UFSM.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 POPULAÇÃO NEGRA E O ACESSO À EDUCAÇÃO

Em uma breve análise sobre o perfil dos estudantes brasileiros e o tempo que diferentes grupos raciais levam para concluir o ciclo educacional, é possível observar que os

espaços educacionais formais são constituídos em sua maioria por pessoas brancas e que os integrantes deste grupo avançam mais nos estudos e concluem mais rapidamente as etapas educacionais que os demais grupos raciais no Brasil. Esse perfil estudantil presente em maior quantidade nas escolas e universidades não se encontra nessa situação por mero acaso ou somente por mérito próprio, o processo de construção do Brasil e as ações, ou falta de ações, no pós-abolição traçaram as linhas para a construção do cenário atual.

Rosimeire Santos (2008) enfatiza que os mecanismos que impediram e/ou dificultaram o acesso e permanência da população negra no sistema oficial de ensino, foram basicamente de dois tipos: de natureza legislativa e baseado nos costumes discriminatórios da sociedade escravista. Ainda durante o período de escravização uma das medidas adotadas pelo Estado para impedir que a população negra tivesse acesso à educação esteve presente na Constituição de 1824, que garantia o acesso ao ensino de forma gratuita a todos os cidadãos brasileiros, o que impedia o ingresso da população escravizada no sistema oficial de ensino, visto que, a grande maioria dos escravizados era de origem africana. Em 1854 a reforma realizada por Couto Ferraz garantia a obrigatoriedade e gratuidade da educação primária para crianças maiores de 7 anos, incluindo os recém libertos, no entanto, crianças com problemas de saúde não eram admitidas o que acabava por excluir as crianças negras livres, uma vez que pelas condições precárias de vida elas geralmente apresentavam alguma enfermidade. Ainda neste contexto, não houveram ações para pensar o acesso à educação para os adultos libertos e os escravizados permaneciam com o acesso proibido. Em 1878 outro decreto restringia a população negra a estudar apenas no turno da noite. No pós-abolição em 1890, por meio de decreto, foram estabelecidas medidas que permitiam a intervenção policial nas escolas em casos de violência, dessa forma, pensando o contexto conturbado do pós-abolição essa medida tornava-se eficaz para dificultar e impedir a presença de pessoas negras nos ambientes escolares (SANTOS, 2008). Portanto, seja de maneira explícita ou implícita o desejo era manter as pessoas negras fora da sala de aula, ou tornar sua permanência nestes espaços ainda mais difícil. Inserir a população recém liberta na sociedade com as condições necessárias para que pudessem exercer sua cidadania e terem condições para viver com dignidade não estava dentro dos interesses políticos e governamentais, como traz Renata Gonçalves (2018)

Sem políticas públicas que pudessem inserir a população recém-liberta no projeto nacional do pós-abolição, e diante de um ideário que propalava a inferioridade da população não-branca, negras e negros não tiveram acesso à cidadania plena (GONÇALVES, 2018).

Cabe ressaltar que as pessoas negras ainda sob trabalho coercitivo trocavam diversos saberes entre si, aqueles que sabiam ler ensinavam os demais sem que os senhores ficassem sabendo. Após a conquista da liberdade a população negra também se manteve organizada, de forma que se reuniam em grupos com o intuito de preservar suas práticas culturais e religiosas. Nesses grupos também eram alfabetizados e aprendiam a calcular. Em Santa Maria, cidade onde se localiza a instituição alvo dessa pesquisa, temos o Clube Treze de Maio, um clube social negro que como traz Giane Vargas Escobar (2017) em sua tese de doutorado para além de serem espaços de lazer, bailantes e dançantes, tinham uma função política e educativa, inclusive com a reivindicação ao poder público, de aulas noturnas para “alunos masculinos maiores de 14 anos até 21” (ESCOBAR, 2017, p. 113).

Após o processo de libertação os temores dos senhores acerca da população negra eram grandes, tanto o medo de que esses se revoltassem quanto o medo de que o “avanço” do país fosse freado, uma vez que os negros representavam uma “ameaça” na formação de uma sociedade “civilizada”. O pensamento vigente era manter o controle e a ordem social, para que então o avanço e o progresso da sociedade não fossem interrompidos, dessa forma dever-se-ia educar o negro” para o amor ao trabalho, para que esse pudesse atuar no progresso da nação. Vejamos que a forma pensada para a participação de negros e negras neste projeto de nação era mantê-los nos trabalhos mais precários e não os incluir na sociedade de outras maneiras que iriam garantir-lhes melhores condições. Os debates acerca da importância de se destinar instrução formal aos egressos do cativo e seus descendentes tiveram ampla repercussão. No entanto, isso não se traduziu numa política pública de inclusão e igualdade de acesso entre brancos e negros às escolas oficiais (SANTOS, 2008). Geraldo da Silva e Marcia Araújo (2005, p. 65) apontam em seu trabalho que

“[...] os negros, mesmo na condição de libertos, estavam subjugados a outras restrições, pois não podiam ser eleitores (...) e era-lhes interdito também exercer qualquer cargo de eleição popular, para qual a condição essencial era ser eleitor” (COSTA, 1989). Desta maneira a camada senhorial organizava e mantinha a instrução escolar para si, perpetuando-se nos postos burocráticos do Estado, nos cargos políticos e nas melhores posições sociais e econômicas.

O cenário do pós-abolição consistiu em uma forte tentativa e, infelizmente, em um sucesso para a exclusão e marginalização da população negra brasileira, uma vez que após a conquista da liberdade o Estado passa a criar diferentes estratégias para barrar e dificultar o acesso da população negra ao sistema de ensino formal e conseqüentemente ao direito de cidadania plena. Esse cerceamento de direitos seja implícito ou explícito aliado ao

pensamento eugenista do racismo científico obtiveram pleno sucesso em aprofundar e manter as desigualdades entre os negros e brancos no Brasil. Segundo Zelma Madeira e Daiane Gomes (2018) negros(as), foram qualificados ou desqualificados como aqueles e aquelas que se concentraram nas ocupações indesejáveis e insignificantes, que receberam forte influência deformadora da escravidão, sendo apontados como despreparados, incapazes para o trabalho não coercitivo (livre).

“O racismo foi abrindo caminhos para o abismo social entre negros e não negros na sociedade brasileira. Por esse motivo, buscamos explicitar não ser esse um problema que se limita ao âmbito interpessoal, comportamental, sendo uma questão estruturante das relações sociais, que em sua intersecção com o gênero e a classe demarca lugares sociais.” (MADEIRA, GOMES, 2018).

Audre Lorde em *Irmã Outsider* (2020, p. 53-54) fala que a primeira e mais vital lição que tivemos de aprender para sobreviver nessa boca de dragão que chamamos de América, é que a nossa sobrevivência nunca fez parte dos planos, não como seres humanos. Assim, quando a escravização já não era mais a melhor opção para a elite, desfazer-se da população negra ou mantê-la nas piores condições possíveis era a estratégia para manter a norma. As dificuldades institucionais colocadas naquele período aliadas aos estereótipos racistas construídos, que dentre muitas outras questões coloca pessoas negras enquanto intelectualmente inferiores foram extremamente eficazes na manutenção do abismo social entre negros e brancos, tanto que, passados 133 anos da abolição a situação da população negra brasileira ainda está em grande disparidade quando comparada aos brancos. Mesmo com as pessoas negras compondo a maior parcela da população, os espaços de poder, em especial os espaços políticos e educacionais permanecem nas mãos da branquitude³, que possui as melhores condições de vida e possibilidades de ascensão social, enquanto a população negra brasileira segundo dados do Atlas da Violência (2020) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2018) ainda se encontra como maioria nos piores indicadores nacionais, de homicídios, salários, analfabetismo, dentre tantos outros.

Os dados escancaram que as heranças deixadas pelo processo de colonização de nosso país, e aqui destaco o racismo antinegro, um dos pilares do processo de formação de nossa sociedade, enquanto responsável pela realidade na qual se encontram hoje pessoas pretas e

³ A branquitude é entendida aqui como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos (SCHUCMANN, 2012).

racializadas, racismo esse que dita os lugares, direitos e tipos de tratamento destinados aos indivíduos não brancos. Matilde Ribeiro (2014) é assertiva ao dizer que o racismo não é produto de desvio de alguns racistas, é parte do sistema, que tem por base a exploração e desumanização dos seres humanos gerando profundas exclusões. Durante muito tempo não se trouxe o racismo como responsável pelas desigualdades entre negros e brancos, através do mito da democracia racial e a estratégia de miscigenação tentava-se vender uma imagem de harmonia entre os diferentes grupos raciais brasileiros e se colocava a responsabilidade pela condição dos grupos desfavorecidos sob seus próprios ombros. Segundo Matilde Ribeiro (2014), a democracia racial constitui-se ao longo da história brasileira como uma crença que justifica a desigualdade, portanto, uma farsa, um mito. E essa visão baseou-se na mestiçagem como uma saída quase que exclusiva para o Brasil. Discursos ainda presentes em nossa sociedade, que se usam de justificativas como por exemplo, a ausência de pessoas negras nos programas de pós-graduação como docentes e discentes se dá porque elas não se esforçaram, se não temos grandes produtores negros renomados é porque eles não são tão bons, assim os responsáveis por essas desigualdades podem descansar tranquilamente sobre seus privilégios e se isentar de qualquer culpa pela realidade, ignorando completamente todos os fatores históricos e estruturais envolvidos.

O acesso à educação é um importante fator para a mudança de condição econômica social, dessa forma, excluir pessoas negras e indígenas do sistema educacional é uma forma eficaz de garantir que estes continuem à margem da sociedade, e assim manter os privilégios de homens e mulheres brancas. Atualmente, mesmo passados 133 anos da abolição da escravatura[G6] é nítida a problemática de acesso e permanência de pessoas negras ao sistema educacional, seja pelos índices de evasão, pela diferença nos índices de alfabetização, tempo de conclusão da educação básica, ingresso no ensino superior e nas pós-graduações, o que reflete na carência de professores negros e negras nas instituições de ensino superior. O que foi conquistado até aqui através da luta dos Movimentos Negros são passos importantes de uma longa jornada pela equiparação de oportunidades.

2.2 A SITUAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Ao aproximarmos nossa lente para a situação da população negra no ensino superior no Brasil atualmente, notamos um novo desenhar deste abismo educacional, o mesmo ciclo de exclusão iniciado lá atrás durante e pós a escravização abordado anteriormente, agora se estabelece como diz José Jorge de Carvalho (2005) enquanto um verdadeiro *apartheid*.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2019) na análise levando em consideração o fator racial de jovens de 18 a 24 anos 37,9% das pessoas brancas dentro dessa faixa etária estavam estudando, sendo 29,7% no ensino superior, frente a uma taxa de escolarização de 28,8% das de cor preta ou parda, com apenas 16,1% cursando uma graduação. Adicionalmente, 6,0% dos jovens brancos nesta faixa etária já tinham um diploma de graduação, enquanto, entre os pretos e pardos, 2,8% apenas. O baixo número de pessoas negras cursando o ensino superior em relação a pessoas brancas da mesma faixa etária deve-se a diversos fatores relacionados as questões históricas já pontuadas, que geraram as desigualdades econômicas e sociais nas quais se encontram a maior parte da população brasileira hoje, outro fator importante de ser destacado aqui é que o projeto de universidade construído no Brasil era (é?) um projeto eurocêntrico, que tinha como objetivo a formação dos filhos da elite, o ensino superior então se inicia no Brasil ainda no período colonial com cursos de Filosofia e Teologia, posteriormente com a vinda da família imperial são criados os primeiros cursos de engenharia, medicina, direito e agronomia (GOMES, MACHADO-TAYLOR e SARAIVA, 2018). O projeto das universidades brasileiras era transladar para o Brasil o saber europeu e isso elas o fizeram sem nenhuma vergonha de dizer que disso se tratava (CARVALHO, 2005). As primeiras universidades públicas brasileiras tiveram seus quadros de alunos compostos apenas por pessoas brancas. Abro espaço aqui, para convidar a todos a observar os quadros dos primeiros formandos nos corredores de sua universidade, no caso da UFSM os quadros confirmam essa realidade. Os alunos brancos egressos das primeiras turmas nas universidades brasileiras vieram a integrar o quadro docente das instituições, mantendo a predominância branca

A partir dos anos setenta cresceu o campo das universidades no Brasil, formado por professores que tinham sido egressos daquelas universidades dos anos trinta, da USP, UFPR, UFRGS, depois da UFRJ, depois da UnB. Assim, a mesma rede branca original simplesmente se duplicou e se expandiu geometricamente (CARVALHO, 2005).

Podemos analisar aqui, que se no período de implementação das universidades públicas no Brasil a discussão acerca do ingresso de pessoas negras e indígenas tivesse sido levada em conta e houvesse de fato um pensamento de reparação dentro da sociedade brasileira o cenário do ensino superior que temos hoje seria bastante diferente, uma vez que formados posteriormente negros e indígenas poderiam tornarem-se professores de outras universidades. Infelizmente este não foi o caminho que seguiu o ensino superior brasileiro,

gerando o quadro atual onde o número de docentes pretos e pardos se encontrava em 15,8% em 2019 segundo as informações do Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2019). Para Renata Gonçalves (2018)

Isto significa que foram consolidadas, no Brasil, Instituições de Ensino Superior com características segregacionistas. Sem que desobedecessem a qualquer lei nacional referente à segregação racial, as universidades brasileiras têm práticas concretas de apartheid e há ainda muitas perguntas a serem feitas no que tange à reprodução ou, mais que isto, à produção de mecanismos segregacionistas no meio acadêmico e sobre seus impactos no cotidiano universitário (GONÇALVES, 2018).

O ambiente acadêmico, por mais que nos últimos anos tenha melhorado no quesito diversidade, permanece sendo um espaço segregacionista, em especial nos cursos de pós-graduação onde o cenário está muito longe do ideal de igualdade, segundo dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) levantados pela Liga de Ciência Preta Brasileira 2,7 % dos alunos de pós-graduação se autodeclararam pretos e 12,7% pardos para 82,7 brancos. Esses dados são alarmantes e demonstram o quanto ainda temos que percorrer para que o quadro de alunos e docentes nas universidades brasileiras corresponda a população do país, o acesso e a permanência devem ser garantidos aqueles que historicamente foram excluídos destes espaços, e não falamos somente do acesso e permanência na graduação, mas sim em todos os níveis, incluindo políticas de cotas para ingresso nos concursos docentes. Como traz José Jorge Carvalho (2005)

Devemos realizar uma inclusão generalizada dos negros e dos índios em todos os espaços do ensino superior, para que os seus saberes há tanto tempo negados tenham finalmente espaço para crescer e influenciar nossos parâmetros de saberes. Faremos a inclusão não somente para que os negros se preparem melhor para competir no mercado de trabalho, mas também para que as nossas disciplinas expandam os seus horizontes e se renovem (CARVALHO, 2005).

Pensar em um espaço acadêmico e práticas educacionais antirracistas sem pautar a necessidade de políticas de ingresso e permanência nos cursos de pós-graduação, bem como reserva de vagas para docentes negros é compactuar com a segregação que está posta e tirar oportunidades de melhoria daqueles que sempre as tiveram negadas. O ensino superior significa uma das melhores oportunidades para mudança de status social, uma vez que através da qualificação grupos desfavorecidos historicamente conseguem melhores condições de

ascensão social, George Andrews (2015) apud Madeira e Gomes (2018) afirma que a educação é universalmente reconhecida como uma área fundamental para a justiça social e como um dos mais poderosos determinantes de desigualdades e hierarquia social. Como trouxe Amélia Artes (2018) em seu artigo

[...] apresentar essas distâncias em números não é simplificar a[G2] discussão sobre desigualdades raciais, discriminação racial ou racismo existentes no país. Trata-se, ao contrário, de um indicador do quanto se faz necessário mudar. Compreender as diferenças, monitorar as políticas já desenvolvidas e propor novas ações para sua superação constituem os novos desafios a serem enfrentados a fim de alcançar a desejada equidade no acesso e na finalização das diferentes etapas do ensino superior brasileiro (ARTES, 2018).

É urgente que sejam discutidas e aplicadas estratégias que garantam não somente o ingresso, mas também a permanência de grupos historicamente aliados dos espaços de ensino em todos os níveis da educação superior. Temos dados suficientes que comprovam que a realidade das universidades permanece branca, privilegiando em sua maior parte os homens brancos. A construção de um novo perfil de estudantes e professores no ensino superior só será possível a partir do momento em que se faça um trabalho sério levando em consideração marcadores de raça, classe e gênero na elaboração de políticas de acesso.

2.3 E AS CIENTISTAS NEGRAS?

Quando levamos em consideração o marcador de gênero junto de raça em nossa análise sobre as condições de acesso e permanência no ensino superior, vemos que as mulheres negras possuem uma trajetória especificamente marcada por uma desvantagem devido ao racismo e ao sexismo. O espaço acadêmico enquanto extensão da sociedade reproduz e se baseia nas estruturas de poder já estabelecidas, que colocam homens brancos em ampla vantagem e as mulheres negras enquanto grupo, no mínimo, duplamente desfavorecido. Os estereótipos e discursos construídos sobre mulheres negras são carregados de imagens inferiorizantes, que colocam essas mulheres enquanto subalternas, sexuais, nutridoras, dentre tantas outras imagens elaboradas com o intuito de controle e exploração de seus corpos. Segundo Patricia Hill Collins essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana (COLLINS, 2019, p. 136). As múltiplas discriminações enfrentadas pelas mulheres negras estão presentes nas trajetórias de vida dessas mulheres e seus efeitos mostram-se visíveis em todos os espaços que estas buscam ocupar (PINTO,

2007). Em uma sociedade que se desenvolveu às custas do abuso e exploração de mulheres pretas, as imagens de subalternidade e a sexualização de seus corpos não são condizentes com a imagem de intelectuais, mas sim com o trabalho doméstico, o trabalho sexual e o cuidado de terceiros, ocupar um espaço enquanto estudante dentro de uma instituição de ensino superior vai contra a lógica estabelecida, que espera que as mulheres negras estejam em posição de subordinação em relação à maioria branca que domina este espaço. A condição de subalternidade e erotização vivenciada pelas mulheres negras no Brasil mostra a manutenção da dominação patriarcal dentro de nossa sociedade masculina e branca. Entram na vida destas mulheres o peso das variáveis, raça, gênero e classe, que se “cruzam com estruturas históricas de dominação(...)” a representação sustentada, objetivada e sexual das mulheres contribui ao controle sócio político de uma nação e seu povo como um todo (Giselle Pinto 2007 apud Gilleam 1993). Ao olharmos os dados nacionais é possível observar que as mulheres negras são maioria entre as empregadas domésticas, recebem os piores salários, são as maiores vítimas de violência doméstica e sexual, dentre outras. Em seu trabalho Renata Gonçalves ao citar Lélia Gonzalez nos traz que

O contrato sexual/racial reserva, às mulheres negras, os degraus inferiores da sociedade e só lhes é permitido ocupar os mesmos espaços de brancas e brancos apenas na condição de servi-los, confirmando haver uma divisão racial do trabalho, constantemente camuflada sob o mito da democracia racial. Na divisão racial do trabalho, a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta” (GONÇALVES, 2018, p. 202).

Consequentemente, como não são vistas enquanto produtoras de conhecimento, enquanto intelectuais, mulheres negras têm sobre si um peso redobrado dentro do espaço acadêmico, peso e cobrança que vão aumentando conforme o nível que ocupam dentro deste espaço junto da violência praticada por colegas e alunos, como exemplo em 2019 uma professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) denunciou ter sofrido racismo em sala de aula, uma vez que seu aluno não aceitou receber a prova das mãos da professora, ainda mais recente e na mesma instituição alvo dessa pesquisa, em 2020 em uma aula online sobre “saúde e nutrição da população negra” promovida pela UFSM de Palmeiras das Missões houveram diversos ataques racistas. Estes são apenas dois exemplos de vários que encontramos em uma busca rápida pelo Google de casos que vieram à tona, dentre tantos que jamais ficaremos sabendo. Em algumas áreas, nas quais estão em um número ainda menor, as violências que sofrem são maiores, por estarem em minoria, sub-representadas nestes espaços, estão suscetíveis a diversas violências. Segundo dados do Censo da Educação

Superior (2018) mulheres negras (pretas e pardas) correspondem a 15% do total de professores na pós-graduação e existem apenas 336 professoras doutoras negras na pós-graduação no Brasil, representando 2,4% do total. É importante destacar que há uma subnotificação de 44% destes dados, ou seja, os dados podem ser ainda mais alarmantes. Que há uma segregação nas instituições de ensino superior nós já abordamos neste trabalho, homens e mulheres negras encontram-se em desvantagem em relação às pessoas brancas, mas as mulheres negras encontram-se em uma situação ainda mais desfavorável quando tratamos das posições de docência e enquanto bolsistas de doutorado. Nas áreas de ciências exatas e da Terra ou Engenharias, áreas que já possuem uma histórica sub-representação feminina, quando especificamos mais nossa análise e observamos quantas dessas são negras, o número é ainda menor. Essas áreas são historicamente marcadas por uma forte predominância masculina, a participação de mulheres é bastante recente, segundo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) a participação das mulheres nessas áreas tornou-se mais frequente de 1960, uma das razões apontadas para o aumento são os movimentos feministas, que neste mesmo período foram responsáveis pelo aumento de mulheres nas instituições de ensino superior. Marcia Borin da Cunha (2014) em seu trabalho nos traz que

Em 2010, doutores mulheres igualaram ou superaram os homens em todas as grandes áreas de estudo, com exceção de Ciências (Física, Química, Biologia, Ciências da Terra), Matemática e Informática (40% mulheres), bem como de Engenharia, Indústria e Construção (26% mulheres). Fenômeno este também observado no Brasil, onde as mulheres superaram os homens em algumas áreas, mas nas Ciências continuam em menor número (DA CUNHA, 2014, p. 408)

Os papéis de gênero são apontados enquanto fatores determinantes na escolha das áreas e também nas decisões de escolha sobre quem irá ocupar cargos de liderança, levando a uma maior participação feminina nas licenciaturas, com destaque para a pedagogia e nas ciências humanas. Magee (2015) e Rice e Barth (2016) apud Adriane Vieira et al (2019) apontam que os estereótipos de gênero são proeminentes em muitas culturas e que, embora as sociedades mudem ao longo do tempo, eles permanecem naturalizados. Segundo os autores, existe uma forte sub-representação de mulheres em Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, bem como em negócios e cargos sociais que requerem fortes habilidades de liderança. Além disso, elas são menos suscetíveis a ser promovidas a curto prazo e estão sujeitas a padrões de avaliação que favorecem o gênero masculino. Arruda et al (2009) apud Esteban Fernandez Tuesta et al (2019) aponta que a participação feminina em áreas de

Ciência da Computação está em maior proporção em subáreas em, de acordo com os autores, o “componente humano” é mais importante, tais como: Inteligência Artificial, Sistemas Colaborativos, Computação na Educação e Interface Homem-Máquina. Vemos que, os estereótipos de cuidado, de irracionalidade, de mais “emocionais” recaem sobre as mulheres desde o nascimento, passando pelas brincadeiras e influenciando suas escolhas profissionais e também na seleção para vagas e cargos de maior prestígio, uma vez que na maior parte dos casos, essas seleções são realizadas por homens que irão destinar esse olhar de incapacidade para as mulheres.

A ciência não é neutra, é uma atividade humana carregada de problemáticas encontradas no contexto social, e inclusive foi utilizada para tentar confirmar a dita inferioridade intelectual de negros e mulheres, claro que sem sucesso, porém essas imagens continuam presentes em nossa sociedade de forma naturalizada nos discursos e nas ações. No Brasil o número de pesquisadoras têm aumentado ano após ano, mas essas pesquisadoras são em sua imensa maioria, brancas. Essa é uma das problemáticas de trabalharmos gênero de uma forma universalizante, sem considerar os demais marcadores que tornam as experiências do ser mulher em nossa sociedade extremamente diversas. Enquanto mulheres brancas alcançam seus pares, homens brancos, em posições de prestígio, em números dentro da academia, mulheres negras permanecem enfrentando dificuldades de gênero, raça e classe que as colocam em ampla desvantagem, recaem sobre seus corpos os diversos estereótipos de inferiorização aqui tratados, por serem mulheres, por serem negras e em grande parte dos casos, também, por serem pobres. Apesar de estarem em menor número nas instituições de ensino superior no Brasil, cientistas negras realizam trabalhos únicos e inovadores, atrelados à realidade da maioria da população brasileira. Segundo uma pesquisa realizada na Universidade de Stanford nos Estados Unidos publicada em junho de 2020 na revista de pesquisa da FAPESP⁴, pessoas negras e mulheres produzem pesquisas mais inovadoras do que seus colegas brancos, mas ganham menos destaque devido ao racismo e machismo. Isso é o que os pesquisadores chamam de paradoxo diversidade-inovação, uma vez que o ambiente acadêmico é constituído em sua maioria por pessoas brancas, em especial homens brancos que compactuam entre si, torna-se mais fácil entender o porquê da homogeneização dos trabalhos produzidos. Diversidade gera inovação, ocupar as universidades em todos os níveis de ensino que essas oferecem, além de ser um direito de reparação para com as mulheres racializadas é ainda, um ganho para a sociedade como um todo.

⁴ Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-paradoxo-diversidade%E2%80%91inovacao/>

2.4 A PRESENÇA DE CIENTISTAS NEGRAS NO CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS DA UFSM

A Universidade Federal de Santa Maria foi criada em dezembro de 1960 e foi a primeira fora de uma capital brasileira, representando um marco importante no processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil e tornou o Rio Grande do Sul o primeiro Estado da Federação a contar com duas universidades federais. Quarenta e sete anos após sua criação e três anos após a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) utilizar o sistema de reserva de vagas foi a vez da UFSM, em 13 de Julho de 2007 na 704ª Sessão Plenária do Conselho de Pesquisa e Extensão – CEPE foi aprovada pela diferença de 1 voto (19x18) a proposta instituindo o Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social da UFSM. Alguns anos depois, em agosto de 2012 ocorreu a aprovação do Projeto de Lei Constitucional 180/2008¹⁰ que obrigava as instituições a destinar 50% das vagas em universidades federais para cotas raciais e sociais. A aprovação da Lei de Cotas não foi bem aceita pela classe média e elite, desencadeando uma série de protestos. Em Santa Maria o intitulado “exército anti-cotas” composto por estudantes de cursinhos pré-vestibulares e escolas particulares com o apoio do empresariado local realizou uma marcha no centro da cidade

A faixa que abria a manifestação dizia: “Somos Todos Iguais”. Portando cartazes questionando: “E as cotas para quem estuda?”, “Cotas é preconceito!”, “Queremos Igualdade!” “Lutamos por uma Educação de Qualidade”, os estudantes evidenciavam contrariedade com a possibilidade de cotas para 50% de estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, e a partir de seus pontos de vista, defendiam o direito de manterem seus privilégios. (DUTRA, 2018)

Em 2020 ao comemorar os 60 anos da instituição, o Reitor Paulo Afonso Burmann trouxe alguns pontos pelos quais a UFSM é uma das melhores instituições de ensino internacionalmente, ela é a décima universidade do mundo em produção científica, 50,4% da produção científica da UFSM é feita por mulheres, fato do qual o reitor diz ser motivo de muito orgulho para a instituição. Além disso, a UFSM está entre as 300 universidades mais inclusivas do mundo⁵. Esses são realmente motivos pelos quais devemos nos orgulhar de nossa instituição, no entanto vemos a carência de maiores informações. Qual o perfil das mulheres que fazem ciência na Universidade Federal de Santa Maria? Estamos entre as mais

⁵ <https://www.ufsm.br/2019/04/17/ufsm-e-uma-das-universidades-mais-inclusivas-e-diversas-do-mundo>

inclusivas do mundo, mas não temos disponibilidade de dados sobre permanência e conclusão dos discentes negros em todos os níveis de ensino que a universidade oferece. Isso dificulta o processo de construção de políticas de igualdade, uma vez que sem esses dados não sabemos onde estão as mulheres negras em nossa universidade e quais os problemas enfrentados pelas mesmas dentro da instituição. Os dados que trago neste trabalho foram obtidos com dificuldade, solicitados à Coordenadoria de Ações Educacionais, referentes ao ingresso de estudantes negras (pretas e pardas) nos programas de pós-graduação do Centro de Ciências Naturais e Exatas da Universidade Federal de Santa Maria no período de 2008 a 2020. Em um período de 12 anos, tivemos o total de 115 ingressantes nos cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) no respectivo centro. Os dados não foram disponibilizados por ano, mas o número já corresponde a um dado alarmante, uma vez que não temos ainda a informação se essas ingressantes conseguiram concluir seus cursos.

Tabela 1 - Número de ingressantes por modalidade de pós-graduação

Cursos	Pretas	Pardas	Total
Doutorado	08	19	27
Mestrado	17	53	70
Especialização	05	12	17
Total	30	84	114

Quando analisamos os dados por programa de pós-graduação, conseguimos ter uma noção um pouco melhor a respeito da presença de mulheres negras fazendo pesquisa no Centro de Ciências Naturais e Exatas. Nos últimos doze anos, nenhuma mulher autodeclarada preta ou parda cursou o mestrado profissional em matemática, o doutorado em biodiversidade animal e o mestrado em física, em doze anos, nenhuma mulher negra ingressou nestes programas de pós-graduação.

Tabela 2 - Número de ingressantes por curso de pós-graduação

Curso	Etnia Preta	Etnia Parda	Total
PG Agrobiologia-Mestrado	02	04	06
PG Matemática PROFMAT Mestrado Profissional	—	—	—
PG Biodiversidade Animal Mestrado	01	06	07
PG Biodiversidade Animal Doutorado	—	—	—
PG Ciências Química de Vida e Saúde- Mestrado	01	09	10
PG Ciências Química de Vida e Saúde-Doutorado	01	03	04
PG Matemática- Mestrado	—	01	01
PG Química- Mestrado	01	13	14
PG Química- Doutorado	01	07	08
PG Física- Doutorado	—	01	01
PG Física- Mestrado	-----	-----	-----

PG Bioquímica Toxicológica Mestrado	02	01	03
PG Bioquímica Toxicológica Doutorado	03	04	07
PG Meteorologia- Mestrado	01	05	06
PG Meteorologia-Doutorado	01	03	04
PG Geografia- Mestrado	05	08	13
PG Geografia- Doutorado	02	01	03
PG Matemática e Ens. de Física Mestrado	04	06	10
PG Estatística e Modelagem Quantitativa-Especialização	04	05	09
PG Educação Matemática Especialização	—	03	03
PG Ens. Matemática Ens. Médio- EAD Três de Maio-RS-Especialização	—	01	01
PG Ens. Matemática Ens. Médio- EAD Santa Maria – RS- Especialização	—	02	02
PG Ens. Matemática Ens. Médio- EAD Cruz Alta- RS- Especialização	—	01	01

PG Ens. Matemática Ens. Médio- EAD Palmeira das Missões-RS- Especialização	01		01
TOTAL	30	85	114

São mais de vinte programas de pós-graduação em um único centro, e o número mais expressivo que temos de ingressantes são 14 mulheres negras que ingressaram no programa de mestrado em química nos últimos doze anos, 14 mulheres nos últimos doze anos. O curso de química é o mais antigo do centro, segundo a página do programa o mestrado passou a ser ofertado em 1985 e o doutorado em química em 1994. O mestrado profissional em matemática, que não apresenta nenhuma ingressante no período de análise deste trabalho, foi criado em 2011. Outro curso na mesma situação com ausência de ingressantes é o doutorado em Biodiversidade animal, que teve sua criação em 2009. O mestrado em matemática foi criado em 2007, e em sua página diz que desde então formou 57 mestres, logo, caso tenha concluído o curso, temos apenas uma mulher negra neste período. O programa de mestrado em física é um caso particularmente preocupante, é o segundo mais antigo, sendo criado em 1994, e não teve nenhuma ingressante negra nos últimos doze anos, e apenas uma em seu doutorado, o qual foi criado em 1999.

Os dados disponibilizados pela plataforma “UFSM em números” trazem informações dos últimos quatro anos sobre o número de alunos que concluíram pós-graduação no CCNE, desde 2017, momento a partir do qual os dados estão disponíveis na plataforma, temos um total de 428 mestres (as) formados (as) pelo centro e 249 doutores (as). Se levássemos em conta o número total de mestrandas ingressantes no período de tempo que corresponde à análise deste trabalho em comparação com o número total de pessoas que concluíram o mestrado no CCNE no período de 2017 a 2020, a porcentagem ainda seria baixa, teríamos um total de aproximadamente 16,59% de mulheres negras concluindo o mestrado no referido centro. Os dados obtidos demonstram que a UFSM assim como as demais universidades do país está marcada por uma segregação, onde estudantes brancos seguem enquanto maior número nestes espaços, em especial nas pós-graduações, tornando assim mais fácil para eles que venham a ocupar os cargos enquanto professores dentro das instituições de ensino

superior. O que nos mostra o quadro a seguir com o número de docentes no ano de 2020 na UFSM

Tabela 3 - Docentes da UFSM em 2020 por gênero e raça

Docentes	Preto	Pardo	Branco	Não declarado
Masculino	10	44	1.014	8
Feminino	3	22	919	6

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços educacionais foram construídos através de moldes europeus com o objetivo de instruir a elite branca brasileira, em especial os homens brancos. O Estado não tinha como objetivo a inserção da população negra de forma plena na sociedade, o intuito era mantê-la nas funções mais precárias, o acesso à educação para pessoas racializadas não passava pelos interesses das autoridades. O ingresso da população negra no sistema educacional oficial ocorreu de forma lenta como resultado da luta e pressões exercidas pelos movimentos negros. As dificuldades impostas durante e após o período de escravização atuaram de forma eficaz em dificultar o acesso a condições de vida dignas, relegando a população negra os piores salários e as piores condições de vida, gerando inúmeras barreiras para sua ascensão social. A educação atua enquanto um dos fatores decisivos para se conseguir ascender socialmente, é através dela que povos historicamente desfavorecidos conseguem alcançar melhores condições de vida. No entanto, o ensino superior, em especial as pós-graduações, se mostram enquanto locais extremamente segregados onde temos a predominância branca e masculina nas posições de maior prestígio social, quadro esse que se perpetua desde a criação das primeiras universidades no Brasil.

Pessoas brancas concluem seus cursos de graduação, ingressam nos programas de mestrado e doutorado e posteriormente vem a ocupar o lugar de seus professores brancos, mantendo assim a mesma lógica. Mulheres brancas nos últimos tempos conseguiram se igualar e, até mesmo superar os homens brancos em algumas áreas, mas o machismo e o sexismo ainda estabelecem o que algumas pesquisadoras chamam de “teto de vidro”, uma barreira invisível que impede ou dificulta que essas mulheres consigam alcançar melhores

posições. A discussão acerca da presença de mulheres na ciência vem aumentando nos últimos tempos, trabalhos realizados que buscam compreender as origens e causas da pouca expressiva participação feminina nas áreas das ciências naturais e exatas e engenharias, trabalhos que buscam na história da ciência referenciais femininos para trazer a luz e inspirar as mulheres a seguirem essa carreira. No entanto, estes trabalhos esquecem um fator fundamental, que foi também esquecido pelo chamado “feminismo universal” ou “feminismo branco” que é o fato de a categoria “mulher” ser extremamente diversa, e que as mulheres que estão conseguindo ascender enquanto pesquisadoras são as mulheres brancas. Assim, ignora-se a experiência de outras mulheres, inclusive daquelas que são maioria numérica em nosso país, que são as mulheres negras, a elas o esquecimento e as funções indesejadas são destinadas. Há atualmente um número ínfimo de mulheres negras doutoras no Brasil atuando dentro das universidades, as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras dentro das universidades envolvem violências de gênero, raça e classe, que juntas tornam a permanência e o avanço para as pós-graduações muito mais difícil para elas.

Os estereótipos inferiorizantes lançados sobre as mulheres pretas fazem com que sua capacidade intelectual seja colocada em dúvida, para além da violência simbólica de estarem em um espaço de ensino onde estão em sub-representadas, sem referenciais de mulheres como elas, há ainda a necessidade de se provar a todo custo a sua capacidade intelectual. Quando conseguem sobreviver a todos os percalços dessa trajetória por vezes solitária, e concluem um doutorado, os programas de seleção para professores no ensino superior ainda irá atuar de forma a privilegiar os homens brancos e as mulheres brancas. Na Universidade Federal de Santa Maria, apesar de não termos ainda os dados gerais sobre a presença de pós-graduandas negras em toda a instituição, no Centro de Ciências Naturais e Exatas, centro formado pelas áreas que até o momento possuem menor representatividade feminina, as mulheres negras se encontram em número bastante reduzido enquanto ingressantes. Não temos informações se essas mulheres que ingressaram conseguiram concluir seus cursos. Se faz necessária uma reflexão da instituição sobre suas políticas de acesso e permanência, a UFSM hoje não possui uma política de cotas para pós-graduação. É urgente que as universidades levantem e divulguem os dados sobre a presença de mulheres negras enquanto alunas e enquanto professoras de suas instituições e em quais áreas elas se encontram, para que então a partir da realidade de cada universidade seja possível traçar medidas de ingresso e permanência para que o ambiente de pesquisa não seja mais um dos locais onde essas mulheres venham a sofrer

violências e para o avanço da pesquisa local com ciência de qualidade e inovadora sendo produzida por mulheres negras.

Enquanto locais de predominância masculina, a academia foi passando por uma inserção feminina mais expressiva a partir dos movimentos feministas. Mulheres negras carregam em seus corpos os marcadores indissociáveis de raça e gênero e ainda em grande parte dos casos ainda são de classe social pobre, esses marcadores fazem com que suas experiências nos espaços educacionais, neste caso, em especial, nas universidades, sejam marcadas por violências específicas, as quais as colocam enquanto inferiores intelectualmente tentando a todo momento reforçar que o espaço da pesquisa não é para elas.

REFERÊNCIAS

ARTES, Amélia. Dimensionando as desigualdades por sexo e cor/raça na pós-graduação brasileira. **Educação em revista**, v. 34, 2018.

BASILIO, Leticia Vieira. Análise dos efeitos de uma proposta de ensino a respeito da contribuição das mulheres para a Ciência. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior** 2018. Brasília, 19 de setembro de 2019.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: mulher e raça no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, 2000, vol. 08 n. 02.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. Mulher negra. São Paulo: Nobel, **Conselho Estadual da Condição Feminina**, 1985.

CARVALHO, Ana Paula. (2006). As mulheres no campo científico: uma discussão acerca da dominação masculina. In: Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, Florianópolis.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.

CHASSOT, Attico. A ciência é masculina? É, sim senhora!.. **Revista Contexto & Educação**, v. 19, n. 71-72, p. 9-28, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. “Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento”. Trad. Jamilyne Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: **Boitempo**, 2019. (Em inglês, Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. Nova York/Londres, Routledge, 1990).

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). Dados Gerais Sobre a Participação de Negras e Negros nas Ciências Brasileiras. Disponível em: http://memoria.cnpq.br/web/guest/noticias-popularizacao/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/2526062

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, 2002, vol. 10, n. 01.

DE ALMEIDA, Marco Antonio Bettine; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

DUTRA, Maria Rita Py et al. **Cotistas negros da UFSM e o mundo do trabalho**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.

ESCOBAR, Giane Vargas. **“Para encher os olhos”: identidades e representações culturais das rainhas e princesas do clube Treze de Maio de Santa Maria no jornal A Razão (1960-1980)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.

GOMES, Válter; DE LOURDES MACHADO-TAYLOR, Maria; SARAIVA, Ernani Viana. O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL-BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO. **Ciência & Trópico**, v. 42, n. 1, 2018.

GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 12, n. 22, p. 350-367, 2018.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**. Editora Perspectiva SA, 2020.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LAZZARINI, Ana Beatriz et al. Mulheres na Ciência: papel da educação sem desigualdade de gênero. **Revista Ciência em Extensão**, v. 14, n. 2, p. 188-194, 2018.

LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências no Brasil. *Cadernos Pagu* 1998; 1(10): 345-68.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 463-479, 2018.

MARQUES, Fabrício. O paradoxo diversidade-inovação. **Pesquisa FAPESP**. Ed 292_ junho de 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-paradoxo-diversidade%E2%80%91inovacao/>. Acesso em: 31, maio, 2021.

MARTINS, H. H. T. S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 289-300.

MELO, H. P.; Rodrigues, L. M.C. **Pioneiras da ciência no Brasil**, Rio de Janeiro, SBPC, 2006.

MELO, Hildete Pereira de et al. Gênero no sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. In, *Revista Gênero - NUTEG/UFF*. Niterói: EdUFF, v.4, n.2, 1 sem. de 2004.

PINTO, Giselle. Gênero, raça e pós-graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense. **Niterói: UFF / PPGS**, 2007.

RAUL, Jessica Mara. Mulheres negras e a luta por igualdade: por um feminismo negro decolonial. **Estudos de Sociologia**, v. 21, n. 41, 2016.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. Editora Garamond, 2018.

SANTOS, Rosimeire. A escolarização da população negra entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX. **Sd Disponível em:< portalseer. ufba. br**, 2008.

SANZ, Beatriz. Quem são as cientistas negras brasileiras?. **El País**, 28 febrero 2017, http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/24/ciencia/1487948035_323512.html, consulta 3 febrero 2019, 2017.

TUESTA, Esteban Fernandez et al. Análise da participação das mulheres na ciência: um estudo de caso da área de Ciências Exatas e da Terra no Brasil. **Em Questão**, v. 25, n. 1, p. 37-62, 2019.

UNESCO. Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). – Brasília, 2018.

VIEIRA, ADRIANE et al. Um estudo das relações entre gênero e âncoras de carreira. **Cadernos EBAPE.BR** [online]. 2019, v. 17, n. 3 [Acessado 24 Maio 2021], pp. 577-589. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395172911> <https://doi.org/10.1590/1679-395172911x>>. Epub 22 Ago 2019. ISSN 1679-3951. <https://doi.org/10.1590/1679-395172911>.

WERNECK, Jurema. A Vulnerabilidade das Mulheres Negras. **Jornal da Rede Saúde**. Março 2001, n.2.